

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA DE FINANÇAS REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2019 REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2019.

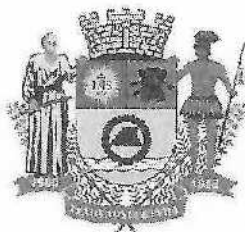
Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 18h00min, realizou-se a Audiência Pública da Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Finanças, referente às contas do 2º Quadrimestre de 2019, em atendimento ao que dispõe o Parágrafo 4º Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no Plenário Vereador Maurício Alves Braz, na Câmara Municipal de Itaquaquecetuba. O Vereador Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa – Presidente da Comissão de Saúde conduziu a Audiência Pública. Contando com a presença dos Vereadores (as) **Adriana Aparecida Félix** e **Armando Tavares dos Santos Neto** – Membros e do Secretário Municipal de Finanças – Senhor **William Sérgio Maekawa Harada**. Com a palavra o Senhor **William Sérgio Maekawa Harada**: Boa tarde a todos. Trata-se da prestação de contas da Secretaria Municipal de Finanças referente ao 2º Quadrimestre de 2019. Em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, Artigo 9º, § 4º, estamos avaliando o desempenho da execução orçamentária referente ao 2º quadrimestre de 2019, em relação às metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O.) para o exercício de 2019. Prefeitura Municipal arrecadou até 31 de Agosto de 2019, R\$ 416.310.859,40 (quatrocentos e dezesseis milhões, trezentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos) o IPSMI R\$ 46.180.651,01 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e um centavo), perfazendo o total do Município de R\$ 462.491.510,41 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, quinhentos e dez reais e quarenta e um centavo), correspondente a 55,11 % do total da receita prevista na L.D.O. de 2019. Quanto às despesas correntes e de capital, no período foram liquidadas R\$ 379.419.220,01 (trezentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e vinte reais e um centavo) pela Prefeitura Municipal; R\$ 27.107.377,01 (vinte e sete milhões, cento e sete mil, trezentos e setenta e sete reais e um centavo) pelo IPSMI e R\$ 8.800.750,42 (oito milhões, oitocentos mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos) pela Câmara Municipal, sendo o montante consolidado do Município de R\$ 415.327.347,44 (quatrocentos e quinze milhões, trezentos e vinte e sete mil, trezentos e quarenta sete reais e quarenta e quatro centavos) correspondente a 49,49 % das despesas fixadas na L.D.O. do exercício de 2019. Assim o resultado da execução orçamentária do exercício foi de superávit de R\$ 47.164.162,97 (quarenta e sete milhões, cento e sessenta e quatro mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos), (apurada pela receita menos despesa), sendo esse superávit de R\$ 19.073.274,00 (dezenove milhões, setenta e três mil, duzentos e setenta e quatro reais) do IPSMI e superávit de R\$ 28.090.888,97 (vinte e oito milhões, noventa mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos) da administração direta PMI e Câmara. No tocante ao Resultado Primário que é a diferença entre a receita fiscal e a despesa fiscal, o município obteve um resultado positivo da ordem de R\$ 38.540.306,60 (trinta e oito milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e seis reais e sessenta



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

centavos) sendo, receita fiscal de R\$ 429.435.933,93 (quatrocentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos) (apurada pela receita total de R\$ 430.117.766,52 (quatrocentos e trinta milhões, cento e dezessete mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) menos receita financeira de R\$ 681.832,59 (seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos) e despesa fiscal de R\$ 390.895.627,33 (trezentos e noventa milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos) (apurada pelas despesas pagas do exercício no valor de R\$ 329.371.272,70 (trezentos e vinte e nove milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta centavos) menos amortização da dívida de R\$ 3.997.783,37 (três milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e sete centavos) mais restos a pagar pago no exercício R\$ 65.522.138,00 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e dois mil e cento e trinta e oito reais). Quanto ao Resultado Nominal, que é a diferença entre a dívida fiscal líquida em 31/12/2018 e a dívida fiscal líquida no final do quadrimestre (31.08.2019), o município obteve um resultado positivo da ordem de R\$ 18.052.788,17 (dezoito milhões, cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos), considerando que o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício de 2018 era de R\$ 247.099.894,00 (duzentos e quarenta e sete milhões, noventa e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais) passando no final do quadrimestre (31.08.2019) para R\$ 229.047.105,93 (duzentos e vinte e nove milhões, quarenta e sete mil, cento e cinco reais e noventa e três centavos). Salientamos que o município despendeu R\$ 42.174.928,86 (quarenta e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos) dos recursos próprios em ações de atendimento à educação, que somados aos R\$ 30.063.282,38 (trinta milhões, sessenta e três mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos) retidos das transferências constitucionais para formação do FUNDEB, totalizam R\$ 72.238.211,24 (setenta e dois milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e onze reais e vinte e quatro centavos) representando assim 29,46% das receitas de impostos e decorrentes deles quando o mínimo obrigatório é 25%. Despendeu também dos recursos próprios R\$ 65.636.828,24 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e seis mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos) em ações de atendimento à saúde representando assim 27,09% das receitas de impostos e decorrentes deles, quando o mínimo obrigatório é 15%. Quanto às despesas com pessoal do Poder Executivo e Administração Indireta o montante líquido foi de R\$ 321.693.547,31 (trezentos e vinte e um milhões, seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos) representando assim 54,01% da Receita Corrente Líquida. Observamos que nos quadros de avaliação e cumprimento das metas fiscais, os valores da LDO estão atualizados conforme artigo 11 da Lei Orçamentária de 2019.



Câmara Municipal de Itaquaquetuba
Estado de São Paulo

Dívida Pública Municipal em 31/08/2019

Dívida Consolidada

1. Dívida com a Previdência (INSS) parcelamento	28.714.854,42
2. Precatórios Judiciais	56.679.504,76
3. Previdência Municipal	127.646.683,44
4. SABESP	13.697.248,25
5. PASEP	1.627.691,23
6. FNDE	388.811,83
7. Celso Salles	292.312,00
Total da Dívida Consolidada	28.714.854,42

Dívida Flutuante

1. Restos a Pagar exercício anterior	12.606.905,52
2. Empenhos a pagar processado do exercício	57.306.918,79
3. Depósitos e Cauções	0,00
4. Consignações	2.013.665,53
5. Credores Diversos	36.345.390,36
Total da Dívida Flutuante	108.272.880,20

(+) Dívida Consolidada	229.047.105,93
(-) Deduções	-
Ativo Disponível	52.806.007,95
Caixa Bancos PMI	157.742,34
Aplicações Financeiras - PMI	49.013.215,77
Cx. Bancos - Câmara	3.635.049,84
Haveres Financeiros	(106.748.945,69)
Outros Créditos	1.523.934,51
(-) Dívida Flutuante	108.272.880,20
(=) Total da Dívida Pública Líquida	229.047.105,93

[Handwritten signatures]



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais

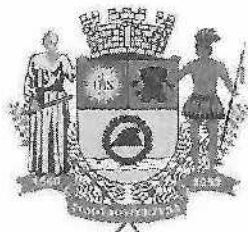
2º Quadrimestre de 2019

Receita, Despesa e Resultado Primário

Tabela 1 (em R\$ 1,00)

Especificação	LDO 2019	Realizado no Quadrimestre	Realizado no exercício	(%) LDO
RECEITAS FISCAIS				
Receitas Correntes	817.697.400,00	194.405.121,34	425.925.185,39	52,09
Receitas de Capital	21.490.350,00	2.172.741,32	4.192.581,13	19,51
Subtotal	839.187.750,00	196.577.862,66	430.117.766,52	51,25
(-) Deduções				
Rendimento de Aplicações Financeiras	8.066.237,00	301.961,22	681.832,59	8,45
Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das deduções	8.066.237,00	301.961,22	681.832,59	8,45
I – TOTAL DAS RECEITAS FISCAIS	831.121.513,00	196.275.901,44	429.435.933,93	51,67
DESPESAS FISCAIS				
Despesa Corrente (Orçam. e R.Pagar)	722.771.553,00	181.977.912,32	376.702.998,25	52,12
Despesas de Capital (Orçam.e R. Pagar)	79.000.635,00	7.374.218,29	18.190.412,45	23,03
Reserva de Contingência	37.415.562,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	839.187.750,00	189.352.130,61	394.893.410,70	47,06
(-) Deduções	-	-	-	-
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	18.500.000,00	2.092.690,49	3.997.783,37	21,61
Subtotal das Deduções	18.500.000,00	2.092.690,49	3.997.783,37	21,61
II - TOTAL DAS DESPESAS FISCAIS	820.687.750,00	187.259.440,12	390.895.627,33	47,63
III – RESULTADO PRIMÁRIO (I – II)	10.433.763,00	9.016.461,32	38.540.306,60	

Handwritten signature and initials in blue ink.



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais

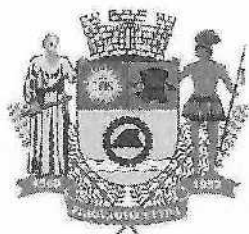
2º Quadrimestre de 2019

Resultado Nominal e Dívida Pública Municipal

Tabela 2 (em R\$ 1,00)

Especificação	Posição em 31/12/2018	LDO 2019	Posição no Final do Quadrimestre
Dívida Pública			
Consolidada (I)	247.099.984,10	196.614.000,00	229.047.105,93
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Dívida Confessada	184.276.682,66	135.608.000,00	172.367.601,17
Demais Dívidas	62.823.211,44	61.006.000,00	56.679.504,76
(-) Deduções (II)	-	-	-
Ativo Disponível	41.935.412,81	33.174.000,00	52.806.007,95
Haveres Financeiros	(122.150.483,82)	(77.657.000,00)	(106.748.945,69)
Outros Créditos	68.850,56	79.000,00	1.523.934,51
(-) Restos a Pagar	82.619.857,31	77.736.000,00	69.913.824,31
(-) Depósitos	252.726,00	-	0,00
(-) Consignações	3.244.894,88	-	2.013.665,53
(-) Credores Diversos	36.101.956,19	-	36.345.390,36
Dívida Consol. Líquida (III) = (I-II)	247.099.894,10	196.614.000,00	229.047.105,93
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (III)+(IV)-(V)	247.099.894,10	196.614.000,00	229.047.105,93
RESULTADO NOMINAL	5.539.367,88	25.504.000,00	18.052.788,17

[Handwritten signatures and initials]



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

Então, informando os dados da Audiência Pública do 2º quadrimestre de 2019, nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimentos. **O Senhor Presidente** pergunta: "Algum Vereador gostaria de fazer algum questionamento"? Se manifesta a Vereadora **Adriana Aparecida Félix**: "Gostaria de fazer um questionamento ao Secretário senhor William Harada, o Senhor mencionou que a dívida atual hoje do Município é de R\$ 229.047.105,93, é isso"? Responde o **Secretário William Harada**: "A dívida consolidada do Município R\$ 229.047.105,93". Com a palavra a Vereadora **Adriana Aparecida Félix**: "Porque no primeiro quadrimestre ela era de R\$ 238.559.466,91, procede"? Com a palavra o **Secretário William Harada**: "No primeiro quadrimestre". Com a palavra a Vereadora **Adriana Aparecida Félix**: "Sim. Houve um pagamento de aproximadamente R\$ 9.000.000,00, é isso"? Explica o **Secretário William Harada**: "Sim, do primeiro quadrimestre para o segundo quadrimestre houve uma pequena alteração". Com a palavra a Vereadora **Adriana Aparecida Félix**: "Ok. No primeiro quadrimestre, quando a gente fala de despesa total com pessoal, o valor em porcentagem é de 52,38% que equivalia a R\$ 312.073.865,46 o valor que estaria em alerta, o limite prudencial era 51,30% e com a nova legislação poderia ser até 54%. Agora no 2º quadrimestre você apresenta aqui que teve um aumento com pessoal de 54,01, no 1º quadrimestre era 52,38% e no 2º agora houve um aumento de 54,01% com a despesa de pessoal. Você poderia mencionar o que aconteceu"? Com a palavra o **Secretário William Harada**: "Na verdade Vereadora no 1º quadrimestre o Município tem uma receita maior, esse percentual de gasto com pessoal, ele é vinculado a receita do período, no 2º quadrimestre a receita cai, ela é menor do que o 1º quadrimestre, e no 3º quadrimestre tende a ser menor. Então o Município vem de um bom período pra cá trabalhando no limiar do gasto com pessoal, por isto sempre gera aquela discussão como o repasse inflacionário, o dissídio dos funcionários, a gente sabe que qualquer aumento já esta no limiar dos gastos com pessoal e temos muita dificuldade em tratar com a categoria a questão dos aumentos, dos benefícios ao funcionalismo. Sendo objetivo com a pergunta, como a receita do 2º quadrimestre é menor do a receita do 1º quadrimestre, onde a gente tem o repasse do IPVA, até o pagamento em cota única dos tributos do Município, o percentual aumenta, mas não quer dizer exatamente que aumentou o gasto com o pessoal, é que o percentual se apresenta maior do que o do 1º quadrimestre". Com a palavra a Vereadora **Adriana Aparecida Félix**: "O valor do 1º quadrimestre era de R\$ 312.073.000,00 e do 2º quadrimestre foi para R\$ 321.693.547,31 então houve esse aumento e você já acabou meio respondendo que era em questão disso que eu ia perguntar, ai não tem como conseguir nenhum aumento nada de benefícios pros funcionários da Prefeitura considerando esta questão da receita, é isso"? Com a palavra o **Secretário William Harada**: "E também no 1º quadrimestre não estou lembrado exatamente a partir de que mês o repasse inflacionário passou a ter... não sei se foi em fevereiro ou se foi em março. Então nos quatro meses do 2º quadrimestre o dissídio já foi aplicado aos quatro meses e no 1º quadrimestre, eu não lembro se março ou abril, salvo engano foi março e abril ou só abril. Então esse aumento também de gastos que o pessoal fala, fora a receita que tende a cair um pouquinho é em razão do repasse inflacionário dos servidores". Com a palavra a Vereadora **Adriana Aparecida Félix**: "A receita corrente líquida pelo que observei ocorreu uma diminuição é isso pelo que vossa excelência acabou de falar ai Houve alguma frustração de receita?" Com a palavra o **Secretário William Harada**: "Não, no segundo quadrimestre é normal, no primeiro quadrimestre de todo ano é uma receita maior, no segundo quadrimestre ela tende a cair do meio do ano para frente, no segundo semestre para frente principalmente a queda da receita é



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

previsível. A frustração de receita no município ela vem ocorrendo em virtude da crise, mas na verdade, é assim, a gente tem feito de tudo para tentar manter ou aumentar a receita, agora tem havido uma grande dificuldade de atingir aquilo que agente prevê, a gente prevê uma receita e tem uma dificuldade de se realizar sim". O **Senhor Presidente** questiona: "Secretário, eu estava verificando aqui o quadro, Total das Receitas Fiscais alcançadas até o final do 2º quadrimestre, a gente atingi 52% da expectativa, em relação a LDO que realizou em R\$ 429 bilhões, arredondado 430 bilhões, seguindo a previsão, uma projeção matemática em cima disso, nos dariam a projeção de arrecadar no máximo 630 milhões de reais, se mantivermos a mesma perspectiva. Haja vista, que há poucas Sessões atrás, nós aprovamos nessa Casa de Leis o REFIS, qual que é a idéia do REFIS e qual que é a idéia de percentual que o REFIS posso implementar na arrecadação do município hoje. Eu digo isso em relação a tendência, como os padrões do quadrimestre, a tendência é que caia, como o REFIS acontece agora, se a tendência dele é aumentar, é potente, ter um quadrimestre melhor, talvez a condição financeiramente para mim, fique melhor". Com a palavra o **Secretário William Harada**: "O REFIS é uma medida de benefício à população, porque é assim. O município em si, para ele ter uma receita mais efetiva, a gestão não entendi que o REFIS é a melhor alternativa, porém o quadro, a população clama pelo REFIS, mas o que acontece. A Gestão durante praticamente quase sete anos agora, ela não aumentou os tributos, ela teve o repasse inflacionário, mas quando a gente fala de IPTU por exemplo, ela teve a sensibilidade em virtude da crise de não aumentar os tributos. Quando eu falo aumentar o tributo, é recadastrar, porque ao longo de 10, 15 anos, onde não houve esse recadastramento efetivo, muitas vezes está sendo cobrada sobre uma área construída x e hoje é uma área construída y e se o município recadastrar as áreas, vai existir o aumento do Imposto, outra questão do município deveria ter feito e não fez. A Gestão deveria ter feito e não fez em razão da sensibilidade e respeitar a crise que a gente vem passando. Fazer a revisão da planta genérica, que é rever o valor do metro quadrado das áreas aqui do município, que elevaria a cobrança do IPTU sensivelmente, o Prefeito optou por não aumentar o imposto. Porém assim, em relação a cobrança, a própria exigência do Tribunal de Contas que pede uma medida mais enérgica da gestão, assim como atua o estado e a União. Hoje você não paga uma multa de trânsito, você é protestado, você tem seu nome no Cadin. Então o município vem trabalhando com protesto, mas é na cultura de que o contribuinte pague, aquele que deve precisa pagar, a gente teve a sensibilidade de não aumentar o tributo, mas a gente precisa que o munícipe contribua. Nessa Seara foi implantado o protesto, como foi uma medida que a população vem contestando, mas que município ele tem obrigação de fazer, o tribunal vem cobrando isso, mas como clamor popular, acho que os Nobres Vereadores vem passando por isso nas ruas, a gente vai fazer o REFIS, para que a população tenha uma oportunidade a mais de pagar, mas depois vai voltar com a cobrança, precisa voltar com a cobrança, porque o REFIS é um benefício para quem não paga. Na verdade, a gente precisa estar atento e beneficiar quem paga também, entendeu. Senão a inadimplência que gira em torno de 45 a 50%, ela tende a aumentar, porque quem paga se sente prejudicado também. Então o REFIS gera uma expectativa de arrecadação, para mim de uma certa forma fictícia, se o município criar a cultura de cobrar, tem a sensibilidade de não aumentar, mas se tiver a cultura de cobrar e munícipe entender que tem que pagar, eu acho que o benefício na arrecadação vai ser melhor. Ai quando você reduz a sua inadimplência de 45 para 40, depois de 40 para 35, de 35 para 30, você está aumentando a sua arrecadação sem aumentar o imposto. Então assim, você perguntou da expectativa da receita que gera em torno do REFIS, a gente imagina que vai gerar em uma arrecadação de 6 a 8 milhões num primeiro

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

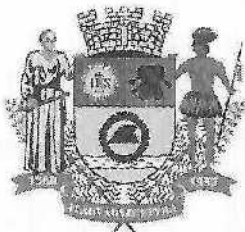


Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

momento, talvez para esse exercício, mas que ela não é benéfica, a gente precisa sentar o Executivo com o Legislativo, o Executivo passar para o Legislativo a necessidade de cobrança, o que o Tribunal vem dizendo, para o Poder Executivo, por que a Dívida Ativa só aumenta. A gente chegar num consenso, a gente criar essa cultura na população, o que é devido, precisa ser pago e o município precisa cobrar. Quanto ao REFIS, vai ter uma arrecadação, vai ser bastante útil agora no final do ano, mas fomenta essa questão: 'Olha eu não vou pagar o tributo, porque vai ter o REFIS. Não sei se está bem respondido Vereador'. O **Senhor Presidente** argumenta: "Sim. Na realidade é justamente isso, a minha dívida era também em relação a isso. Entender como isso poderia incrementar no município, a gente sabe que quanto mais o município arrecada, mais é devolvido para a população, mais saúde, segurança, mais educação. Então era para ter uma idéia em relação a isso. Uma outra dívida é comum observar nas Audiências Públicas aqui, geralmente a previsão a LDO a Lei Orçamentária Anual, ela tem sempre uma previsão muito mais alta do que realmente realiza, eu sei que tem os diversos fatores de arrecadação. Mas uma dívida que eu tive, até fiz esse questionamento ao Secretário Adjunto na Audiência passada, qual seria a possibilidade eventualmente de fazermos uma projeção mais enxuta, por exemplo: Eu tenho aqui uma previsão de arrecadar 817 milhões na previsão para esse ano, se eu fizer uma regra de 3 com 52% que foi arrecadado até agora, eu tenho uma previsão máxima na casa dos 630 milhões, que é o que a gente vai realizar. Eu lembro de anos anteriores 586, beirando 600 milhões. Isso faz com que a gente tenha um déficit muito grande em relação à projeção. Qual é a possibilidade eventualmente de que esses números fossem mais enxutos, para que a gente ficasse mais próximos, a gente sabe que não dá para contar, porque a arrecadação, depende da população, depende disso, e também existe sim, essa cultura de não se pagar esperando o próximo REFIS, para fazer um acordo, menos juros, menos mora, para eventualmente fazer um acordo e pagar e muitas vezes paga a primeira a segunda, a terceira e depois acaba não efetuando mais nenhum pagamento, mas a minha dívida em relação a isso, qual que é a possibilidade de ter essa projeção muito mais próxima, porque no quadrimestre passado nós estávamos olhando no ano anterior, você tem sempre uma diferença, um déficit na casa de uns 200 milhões em comparação do projetado e do realizado no que você tem realizado no ano. Então isso acaba as vezes nos deixando confuso em relação aos números, porque você projeta alguma coisa, eu sei que aquilo não realiza, qual que é a possibilidade de projetar para menos e eventualmente isso acontecer a mais, ou sempre é o normal, ou é a prática sempre projetar para mais e eventualmente realizar isso". Com a palavra o **Secretário William Harada**: "Na verdade nós precisamos é dimensionar uma expectativa de receita daquilo que nós efetivamente podemos arrecadar, nós temos um valor de Dívida Ativa no Município, que a previsão de recuperação ela é real, o problema é que quando a gente incrementa medidas de cobrança, não está culturalmente aceita pela população, na verdade ninguém vai ficar satisfeito de ser cobrado, só que nós enquanto cidadão, todo mundo cobra muito administrativamente, todos os órgãos privados, até mesmo o Estado, a União vem cobrando de uma forma bastante eficiente e a idéia do Município era implantar essa cobrança que culturalmente a população não aceita. Por exemplo a questão do protesto que é uma medida dura, mas é uma medida, que não só o Município de Itaquá entende, como necessária hoje, ao final do ano na nossa concepção daria um retorno melhor para o REFIS, nós conseguiríamos aumentar a arrecadação. Então o que acontece, quando você implementou o protesto, quando a pessoa vai precisar do crédito, esse crédito ela precisaria, mais agora no final do ano, ela iria pagar o tributo. Então hoje numa crise o que acontece, eu não vou pagar de quem não me cobra, se eu deixo de pagar o meu

[Handwritten signatures and initials]



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

telefone, eu me esqueço de pagar o telefone, o que acontece, 10 dias de vencido para qualquer pessoa que eu vou ligar entra uma mensagem de cobrança, tem que esperar dois minutos uma pessoa falando, para eu fazer todas as ligações, aí a pessoa paga a conta. Nós tentamos incrementar uma cobrança administrativa, porque a execução fiscal do Município... o FORUM não consegue trabalhar de uma forma eficiente. O REFIS criou a seguinte cultura, é um benefício para quem não paga, então se ele não precisa pagar na data correta. Então quem tem a boa fé de pagar, paga no REFIS, e criou uma cultura pior ainda, que é aquela pessoa que não quer pagar mesmo, ele espera o REFIS e instala uma execução, ele paga a primeira, ele sabe que vai ser executado só depois de uma longa data, ele paga só para protelar a execução, porque ele sabe que a execução não é eficiente. Então nós tínhamos um plano de cobrança, esse plano acaba sendo frustrado, porque o cidadão conta com o REFIS, que é um benefício para a população, mas se a população clama por isso e se os poderes entende que essa é a melhor alternativa, isso tem que ser respeitado. Está aí o REFIS, nós vamos gerar uma arrecadação, mas ela não é salutar na minha concepção e com isso nós conseguiríamos, a começar a implantar uma cultura que a Dívida Ativa começaria a ser extinguida de uma forma melhor, 'Olha eu vou pagar, porque eu sei que vai me dar problema', isso iria melhorando de ano em ano na nossa concepção a taxa de inadimplência. Precisamos projetar a Dívida Ativa dentro de uma realidade de que ela é possível sim se realizar, mas a crise hoje não está permitindo de quem deve para o Município execute. Nós temos uma cobrança sobre a SPMAR que foi a obra do RODOANEL, foi feito um trabalho de fiscalização muito intenso em relação à SPMAR que não se discute mais o mérito da questão, a SPMAR não está mais discutindo se aquilo é devido, ou não, aquilo é ganho para o Município, o Auto inteiro gira em torno de 200 milhões de reais, o Auto de Infração, toda a dívida. Ela discute assim, se a dívida que consta na lei se é de 200% se aquilo é abusivo, ou não, mas hoje lá não se discute mais, ela discute se consta no processo da CDA, então ela vem protelando. Então o Município tem uma grande possibilidade de ter uma arrecadação em Dívida Ativa, ela tem que considerar isso no orçamento, então por isso que a gente projeta um valor que a gente tem possibilidade de receber sim, está bom, aí quando não se realiza frustra a estimativa". O Senhor Presidente finaliza: "Secretário as minhas dívidas estão sanadas. Mas algum Vereador gostaria de fazer uso da palavra? Alguém do público gostaria de fazer algum questionamento? Não havendo Vereador, ou público para fazer isso da palavra, encerra-se a presente Audiência".

Vereador Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa

Presidente

Vereadora Adriana Aparecida Félix

Relatora

Vereador Armando Tavares dos Santos Neto

Membro

William Sérgio Maekawa Harada
Secretário Municipal de Finanças